

**EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza**  
**Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

**INDICADORES DE ALERTA**

**Índice de Precariedade Social na  
Cidade de Lisboa**

**Dezembro 2014**

## Ficha Técnica

**Título:** Indicadores de Alerta – Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa

**Ano de redacção:** 2014

**Local:** Lisboa

### **Autores:**

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Sérgio Aires (coord.)  
Catarina Cruz  
Paulo Santos

Carlos Farinha Rodrigues (consultor)

### **Contactos:**

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa  
EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza  
Rua Soeiro Pereira Gomes, Edifício América, nº 7 Apt 311  
1600-196 Lisboa

Tlf: 217986449

Email: [observatoriopobreza@eapn.pt](mailto:observatoriopobreza@eapn.pt)

[www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt)

## Índice

1. Contextualização.....	4
2. A construção da bateria de indicadores - fases de Implementação.....	4
3. Processo de concepção e do índice – suas dificuldades.....	5
4. Critérios na construção do índice.....	10
5. Análise do Índice.....	14
6. Índice de Precariedade Social de Lisboa - suas potencialidades e perspectivas de evolução.....	19

## 1. Contextualização

O Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, partilhando uma preocupação há muito manifestada por diversos investigadores e entidades envolvidas no combate à pobreza, associada ao contexto de grave crise económica vivida em Portugal, assumiu o compromisso de trabalhar na construção de um sistema de indicadores que permita aumentar a capacidade de antever alterações das condições socioeconómicas das famílias (positivas ou negativas), complementando a informação disponibilizada pelas estatísticas oficiais.

Pretende-se com estes indicadores aferir alterações de hábitos de consumo e de estilos de vida, por reacção a problemas que se sentem ou se antevêm, bem como dificuldades em assumir despesas básicas, antecedendo muitas das vezes situações mais graves que acabam por conduzir ao recurso aos apoios sociais.

O conjunto desta bateria de indicadores permite constituir um índice que ao efectuar uma análise longitudinal dos dados, servirá de barómetro das condições de vida dos residentes na cidade de Lisboa, permitindo analisar as variações e compreender os motivos das mudanças ocorridas e sua relação com as políticas e medidas adoptadas. O fim último deste Índice de Precariedade Social é evoluir e constituir-se como um instrumento de base regular que permita agir de modo preventivo, antecipando cenários de vulnerabilidade, e servir de referência à tomada de decisão dos vários decisores locais.

Pretende, em simultâneo, dotar as organizações que actuam na cidade de um conhecimento actual e fundamentado sobre mudanças e tendências que exigem respostas céleres, permitindo ajustar as suas respostas às novas necessidades da população provocadas por mudanças conjunturais.

## 2. A construção da bateria de indicadores - fases de Implementação

Em 2013 procedeu-se à estruturação da base desta actividade, construindo os alicerces para o seu funcionamento.

Foram definidos três **patamares de alerta** ditados, sobretudo, por alterações registadas nos rendimentos das famílias, área considerada transversal nesta análise. Assim, um primeiro patamar, que incide sobre Estilos de Vida e Consumo, permite detectar alterações na gestão dos orçamentos familiares face a uma efectiva ou receada redução do rendimento em áreas como educação, saúde, transporte, lazer; um segundo patamar, que evidencia dificuldade em assegurar as despesas comprometidas, como créditos diversos, despesas básicas que se revelam sobretudo nas despesas com habitação (renda ou crédito, água, electricidade, gás) e um terceiro patamar, que permite caracterizar o recurso aos apoios sociais.

Dentro de cada patamar foram identificadas as áreas de análise mais relevantes e respectivos indicadores, totalizando 104 indicadores provenientes de 40 entidades públicas e privadas.

Tabela nº 1: Patamares e indicadores

Patamares e Áreas	Número de indicadores
<b>0. Rendimentos</b>	12
<b>1. Estilo de Vida / Consumo</b>	31
<b>2. Despesas Básicas</b>	29
<b>3. Apoio Social</b>	35
<b>Total Geral</b>	104

Identificados os indicadores e respectivas fontes, foi efectuado o contacto com as diversas entidades no sentido de dar início à fase seguinte: a recolha dos dados.

### 3. Processo de concepção do índice: dificuldades e resultados

Contudo, o processo de recolha de informação assistiu a um conjunto de constrangimentos, que em alguns casos ainda se mantêm.

As dificuldades encontradas remeteram, nuns casos, para a necessidade de encontrar indicadores que satisfizessem os critérios definidos, quer pela sua **série cronológica** (desde 2008), quer pela sua **periodicidade e frequência**, quer ainda pelo **âmbito geográfico** considerado (concelho de Lisboa). Esta dificuldade impediu que áreas como a Saúde ou a Habitação estivessem abrangidas na versão do Índice apresentando no primeiro semestre, lacuna que deve ser colmatada em 2015.

Noutros casos, o comportamento de um determinado indicador ao longo do tempo desaconselhou a sua utilização por uma das razões seguintes: por revelar **alterações bruscas motivadas por mudança de regras**, como o caso da evolução do número de pedidos de habitação municipal que sofreu uma forte alteração com a entrada em vigor de um novo Regulamento, em 2010; por demonstrar **insensibilidade** (estabilidade) nos períodos de tempo pretendidos, como se verifica com a taxa real de escolarização e, noutros casos, pela sua **redundância** (indicadores diversos que acabam por transmitir a mesma informação como sucede com diferentes indicadores de desemprego registados nos centros de emprego). Em consequência, é consensual a **necessidade de sinalizar novos indicadores** que completem a informação que se pretende obter tornando-a capaz de abranger melhor as áreas definidas com a qualidade que se quer garantir.

Efectuado um primeiro teste à qualidade dos indicadores, no sentido de apurar aqueles que melhor respondiam às características referenciadas como sendo determinantes para a sua selecção (periodicidade, série cronológica, regularidade na cedência de dados por parte da fonte, referência ao concelho de Lisboa), foi possível recolher um conjunto de dados capazes de sustentar a fase seguinte deste projecto.

Assim, a aplicação destes critérios, reduziu o seu número a 17 indicadores, agrupados nas seguintes categorias:

- **Dimensão Trabalho e Remuneração:**
  - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem
  - Desempregados inscritos nos centros de emprego com <25 anos
  - Desempregados inscritos nos centros de emprego com 25-34 anos
  - Desempregados inscritos nos centros de emprego com 35-54 anos
  - Desempregados inscritos nos centros de emprego com 55 e + anos
  
- **Dimensão Acesso a Bens e Serviços:**
  - Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico (kWh)
  - Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante
  - Cortes de água efectuados
  - Passageiros do metro de Lisboa com passe social



- **Dimensão Apoio Social de Emergência:**
  - Famílias e pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa
  - Nº atendimentos - Atendimento Social de Emergência (SCML)
  - N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)
  - Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI
  
- **Dimensão Educação:**
  - Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar
  - Alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico com apoio social escolar
  - Taxa de retenção e desistência no ensino básico
  - Taxa de retenção e desistência no ensino secundário

Apesar de esta selecção ter tornado evidente a existência de áreas menos cobertas que outras, nomeadamente as áreas da saúde e da habitação, seja porque os indicadores obtidos não respondem às características exigidas, por exemplo no que se refere à série cronológica ou ao âmbito geográfico, seja porque os contactos estabelecidos com as fontes não terem resultado na obtenção de informação, considerou-se estarem reunidas as condições mínimas para avançar.

**Apesar das limitações referidas, no 1º semestre de 2014, foi possível ter um conjunto de indicadores que permitiram avançar na construção do índice pretendido, obtido de acordo com os critérios metodológicos apresentados no ponto quatro.**

Pelo facto de este ser um processo contínuo, sendo possível e desejável a introdução de novos indicadores de modo a tornar este índice mais robusto, foram efectuados no segundo semestre do ano vários esforços no sentido de obter mais informação que, por um lado, viesse reforçar algumas das dimensões existentes, como contribuir para o surgimento de outras, como é o caso da habitação e da saúde.

Neste último caso, e apesar das várias reuniões realizadas com entidades da área da saúde, entre as quais com o Grupo de Missão dos Comportamentos Aditivo da Rede Social de Lisboa, a ARS/LVT, representantes dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), Rede Médicos Sentinela, entre outros, bem como a análise de documentos a que tivemos acesso<sup>1</sup>, terem permitindo clarificar dúvidas relativamente à pertinência e relação de indicadores com aumento ou diminuição da precariedade social, como é o caso do “Nº de Utentes do SNS inscritos nos cuidados de saúde primários com insuficiência económica e o “Nº de pedidos de isenção de pagamento de taxas moderadoras por motivo”, neste momento, ainda não é possível adicionar esta dimensão por não termos acesso a dados com a série temporal necessária.

Quando conseguirmos esta informação, há outro indicador relacionado com vulnerabilidade económica e saúde que pretendemos vir a adicionar à dimensão da saúde e que diz respeito ao “Número de beneficiários da SCML com cartão de saúde”.

Deste modo, e de acordo com a tabela nº 2, no final deste ano procedeu-se à actualização dos indicadores existentes, com dados relativos ao ano 2014, contudo, e por a recolha de indicadores relativos ao ano 2014 não ter sido possível para algumas variáveis por estes ainda

---

<sup>1</sup> PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas, resumo do diagnóstico do território concelho de Lisboa, ARSLVT/DICAD, 2013  
Retrato da Saúde em Lisboa, ARSLVT, 2013  
Portugal, Saúde Mental em números, DGS, 2014

não se encontrarem disponíveis, tal impediu que se pudesse proceder à actualização do índice por dimensão para o ano 2014 e, conseqüentemente, do cálculo do índice global.

Por este motivo, a análise que se apresenta neste relatório, diz respeito à informação do período 2008-2013.

Apesar das intenções iniciais, reflectidas no relatório semestral, de se vir a testar este índice tendo por base informação trimestral, podendo assim o Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa vir a ser um produto com esta periodicidade, e apesar dos esforços realizados, tal não foi possível implementar pelo facto de existirem indicadores (por exemplo, ganho médio mensal) cuja informação disponível não possui essa actualização temporal.

Caso se pretenda manter este objectivo, terão que se encontrar indicadores substitutos que transmitam informação semelhante e cuja periodicidade dos dados seja mais regular, cumprindo assim com este critério.

Tabela nº 2: Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa – Indicadores por dimensão (atualização 2014)

ÍNDICE DE PRECARIIDADE SOCIAL DA CIDADE DE LISBOA										
fonte	D1 - Trabalho e Remuneração	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
				2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INE (AERL), Pordata	<b>Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)</b>	l	0	1504 (c)	1529 (c)	1575 (c)	1520 (c)	1493 (c)	1492 (c)	-
IEFP	<b>Desempregados inscritos no CE &lt;25 anos</b>	Nº	1	1.693	2.223	2.357	2.237	2.918	3.218	2.469
IEFP	<b>Desempregados inscritos no CE 25-34 anos</b>	Nº	1	4.033	5.535	6.221	5.865	7.183	7.718	5.735
IEFP	<b>Desempregados inscritos no CE 35-54 anos</b>	Nº	1	7.240	9.541	10.974	11.452	13.821	15.512	13.026
IEFP	<b>Desempregados inscritos no CE 55 e + anos</b>	Nº	1	3.599	3.918	4.157	4.148	4.681	5.613	6.104
fonte	D2 - Acesso a Bens e Serviços	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
				2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INE, AERL	<b>Consumo de energia por consumidor doméstico</b>	kWh	0	2.332	2.542	2.635	2.482	2.317	2.317 (b)	-
INE, AERL	<b>Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante</b>	kWh	0	1.492	1.665	1.768	1.453	1.369	1.369 (b)	-
EPAL	<b>Cortes Água efectuados</b>	Nº	1	10.666	13.393	11.227	10.140	8.228	12.099	10.059
INE, AERL	<b>Passageiros Metro Lisboa com passe social</b>	Nº	1	106.160	112.416	115.361	111.890	100.847	100.847	-
fonte	D3 - Apoio Social de Emergência	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
				2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BA, Lisboa	<b>Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa</b>	Nº	1	13.336	13.491	14.360	15.182	17.630	18.394	18.273
SCML	<b>N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML )</b>	Nº	1	6.035	8.285	9.320	9.471	8.907	10.042	(*)-
SCML	<b>N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)</b>	Nº	1	18.658	17.897	20.238	21.755	22.488	23.997	(*)-
AMI	<b>Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI</b>	Nº	1	2.464	2.583	3.209	3.935	4.151	4.197	(*)-
fonte	D4 - Educação	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
				2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CML, Dpt Educação	<b>Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar</b>	Nº	1	1.083	897	1.528	1.711	1.659	1.647	2.246
CML, Dpt Educação	<b>Alunos matriculados no 1.º Ciclo do ensino básico com apoio social escolar</b>	Nº	1	5.875	7.292	7.527	6.608	6.568	6.025	6.811
GEPE e DGEEC, Ministério Educação	<b>Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Básico</b>	%	1	8,9	8,9	8,8	8,4	10,9	10,7	-
GEPE e DGEEC, Ministério Educação	<b>Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Secundário</b>	%	1	20,2	18,2	18,7	22,1	21,2	20,5	-

a) Relação indica se o indicador tem uma relação direta (1) ou inversa (0) com a Vulnerabilidade

b) Foi imputado o valor do indicador do ano mais próximo disponível.

c) Os valores foram recalculado de acordo com a taxa de inflação

(\*) Os últimos dados a que temos acesso dizem respeito ao 3º trim. de 2014.



•

#### 4. Critérios na construção do índice

Após a escolha dos indicadores de acordo com as dimensões já referidas, foram aplicados os seguintes critérios metodológicos:

##### a) Ano de referência

A escolha do ano base de análise está relacionada com o início da crise financeira internacional desencadeada nos Estados Unidos em 2008 e com o seu alastramento para a Europa e com conseqüente impacto em Portugal, tratando-se de uma data que se convencionou identificar como o início dessa crise.

**Neste sentido, para todos os indicadores identificados, foi feita a tentativa de reconstituição de séries cronológicas anuais a terem início no ano de partida (2008).**

Conforme referido anteriormente, e apesar da recolha de dados no final de 2014 ter permitido obter um conjunto de informação actualizada para alguns indicadores, isso não foi possível conseguir para todos. Por esse motivo, a análise apresentada neste relatório é efectuada com base em dados anuais no período 2008-2013.

##### b) Conversão para Números Índice

Pelo facto de os indicadores seleccionados possuírem valores em unidades de medida distintos, sendo eles expressos ora em percentagem, ora em valores absolutos, em valores monetários e mesmo em unidades de energia, e tendo em conta outros estudos semelhantes já desenvolvidos, optou-se por recorrer à conversão em números índice simples (baseados no rácio entre o valor da variável num determinado ano e o valor dessa variável no ano-base), possibilitando assim a sua uniformização e condições de comparabilidade e conseqüentemente uma leitura dos dados mais imediata.

Ao permitir também a comparabilidade entre indicadores, esta operação, torna possível avaliar o comportamento de cada um dos indicadores e dimensões e respectiva influência na evolução do índice final.

Na prática, para o cálculo em números índice é necessário escolher um ano base (neste caso, 2008), que servirá de referência aos demais anos, e reduzir o seu valor a 100 (2008=100). Nos anos subsequentes os valores superiores a 100 indicam um aumento, e os inferiores a 100 uma diminuição, da variável face ao ano base.

Tratando-se, neste caso, de um Índice de Precariedade Social, existem variáveis cujo incremento provoca um aumento do valor do índice (mais desemprego = maior vulnerabilidade) e outras cujo incremento provoca a diminuição do valor do índice (maior rendimento médio = menor vulnerabilidade).

Para indicadores cujo aumento do valor representa um agravamento do índice (maior vulnerabilidade), o número índice obtêm-se pelo rácio do valor da variável no ano<sub>1</sub> com o valor dessa variável no ano base (Ano<sub>1</sub>/Ano<sub>0</sub>)\*100. Neste caso encontram-se 14 dos 17 indicadores que compõem este índice.

No caso dos indicadores cujo aumento do seu valor representa uma diminuição do valor do índice (menor vulnerabilidade), como é o caso do ganho médio mensal, procede-se à inversão do seu valor provocando a descida do valor do índice  $[(1/\text{Ano}_1)/(1/\text{Ano}_0)*100]$ .

**Assim, a leitura da evolução dos números índices terá que ser feita do seguinte modo: quando os valores se afastam do valor 100 em sentido ascendente, significa que a precariedade da população está a aumentar. Quando o cenário é contrário, ou seja, quando os valores decrescem, significa que o índice sofreu um desagravamento e, conseqüentemente, a precariedade diminuiu.**

**c) O peso de cada indicador:**

Uma das questões metodológicas que se coloca na construção de Índices é a decisão relativamente à ponderação que cada indicador e dimensão terão no cômputo do índice geral.

Em sintonia com outros estudos de Índices elaborados por organismos estatísticos, como é o caso do Índice de Bem-Estar do Instituto Nacional de Estatística, optou-se por adoptar o Princípio da Razão Insuficiente defendida por Laplace<sup>4</sup>, o qual defende que na ausência de uma razão suficiente para precisar em quanto um indicador é mais importante do que outro qualquer, a cada indicador deverá ser atribuída a mesma ponderação.

**Assim, também neste Índice, todos os indicadores contribuem com a mesma ponderação para o valor global do índice procedendo-se à média aritmética simples do conjunto dos indicadores.**

**d) Obtenção de resultados**

O Índice de Precariedade Social integra actualmente 17 indicadores pertencentes a 4 dimensões: Trabalho e remuneração (4 indicadores), Acesso a bens e serviços (4 indicadores), Apoio social de emergência (4 indicadores) e Educação (5 indicadores).

**Esta informação permite constituir quatro índices por domínio e um índice global, sendo todos estes índices resultado da média aritmética dos números índice de cada indicador.**

O resultado dos índices referidos foi baseado nas variáveis e respectivos valores apresentados no Quadro seguinte.

---

<sup>4</sup> in INE (2013), Índice de Bem-Estar, Documento Metodológico, pp. 20

Tabela nº 3: Números Índice

D1 - Trabalho e Remuneração	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)	100,0	98,3	95,5	98,9	100,8	100,8
Desempregados inscritos no CE <25 anos	100,0	131,3	139,2	132,2	172,4	190,1
Desempregados inscritos no CE 25-34 anos	100,0	137,3	154,3	145,4	178,1	191,4
Desempregados inscritos no CE 35-54 anos	100,0	131,8	151,6	158,2	190,9	214,3
Desempregados inscritos no CE 55 e + anos	100,0	108,8	115,5	115,3	130,0	155,9
<b>D1 – Índice</b>	<b>100,0</b>	<b>121,5</b>	<b>131,2</b>	<b>130,0</b>	<b>154,4</b>	<b>170,5</b>

D2 - Acesso a Bens e Serviços	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Consumo de energia por consumidor doméstico	100,0	91,7	88,5	94,0	100,7	100,7
Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	100,0	89,6	84,4	102,7	109,0	109,0
EPAL - Cortes Água efectuados	100,0	125,6	105,3	95,1	77,1	113,4
Passageiros Metro Lisboa com passe social	100,0	105,9	108,7	105,4	95,0	95,0
<b>D2 – Índice</b>	<b>100,0</b>	<b>103,2</b>	<b>96,7</b>	<b>99,3</b>	<b>95,4</b>	<b>104,5</b>

D3 - Apoio Social de Emergência	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	100,0	101,2	107,7	113,8	132,2	137,9
N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML )	100,0	137,3	154,4	156,9	147,6	166,4
N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	100,0	95,9	108,5	116,6	120,5	128,6
Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI	100,0	104,8	130,2	159,7	168,5	170,3
<b>D3 – Índice</b>	<b>100,0</b>	<b>109,8</b>	<b>125,2</b>	<b>136,8</b>	<b>142,2</b>	<b>150,8</b>

D4 – Educação	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	100,0	82,8	141,1	158,0	153,2	152,1
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	100,0	124,1	128,1	112,5	111,8	102,6
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Básico	100,0	100,2	99,1	94,6	122,7	122,7
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Secundário	100,0	90,1	92,6	109,4	105,0	105,0
<b>D4 – Índice</b>	<b>100,0</b>	<b>99,3</b>	<b>115,2</b>	<b>118,6</b>	<b>123,2</b>	<b>120,6</b>
<b>Índice de Precariedade Social da Região de Lisboa</b>	<b>100,0</b>	<b>109,2</b>	<b>117,9</b>	<b>121,7</b>	<b>130,3</b>	<b>138,6</b>

## 5. Análise do Índice

Todos os indicadores pertencentes às quatro dimensões em análise (com exceção da variável “Nº de passageiros do metro de Lisboa com passe social”), contribuíram para o crescimento do valor do índice global no período 2008-2013, ou seja, para o aumento das condições de vulnerabilidade em todo esse período.

Na dimensão “**D1 - Trabalho e Remuneração**” o que mais contribui para a intensidade do agravamento do Índice de Precariedade Social é o desemprego registado, nomeadamente de desempregados com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (mais do dobro do registado em 2008) e dos mais jovens, tendo dos menores de 25 anos como os que possuem entre 25 e 34 anos, cujo número quase duplicou nestes seis anos (para cada 100 em 2008, existem em 2013 cerca de 190 desempregados com estas idades).

Com um agravamento intenso sentido entre 2008 e 2009, após essa data e até 2011 os números relativos ao desemprego, apesar de continuarem a agravar-se, conheceram um incremento mais ligeiro, havendo mesmo a registar em 2011 uma redução face a 2010 do número de desempregados de todas as idades com exceção daqueles com 35 a 54 anos.

**Tabela nº 4: Dimensão 1 – Número Índice dos indicadores (variação)**

Número Índice – Variação						
D1- Indicadores	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2008-2013
<b>Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)</b>	-1,7	-2,8	3,4	1,8	0,1	<b>0,8</b>
<b>Desempregados inscritos no CE &lt;25 anos</b>	31,3	7,9	-7,1	40,2	17,7	<b>90,1</b>
<b>Desempregados inscritos no CE 25-34 anos</b>	37,3	17,0	-8,8	32,7	13,3	<b>91,4</b>
<b>Desempregados inscritos no CE 35-54 anos</b>	31,8	19,8	6,6	32,7	23,4	<b>114,3</b>
<b>Desempregados inscritos no CE 55 anos e +</b>	8,8	6,7	-0,3	14,8	25,9	<b>55,9</b>

No entanto, em 2012 verifica-se um novo agravamento da situação em todas as faixas etárias, com um forte aumento dos desempregados com menos de 25 anos (aumento de 40,2 pontos face ao ano anterior).

Em 2013 registam-se os valores mais elevados desde 2008, em todos os escalões etários, passando para o dobro (entre os 35 e os 54 anos) ou quase duplicando (até aos 34 anos) os valores registados em 2008. No entanto, o agravamento face ao ano anterior é menor que o registado anteriormente em quase todos os escalões etários, particularmente entre os menores de 25 anos. A exceção refere-se àqueles que possuem 55 ou mais anos, cujo número sofre um agravamento mais forte do que o registado anteriormente.

A redução do agravamento do desemprego nas faixas etárias mais jovens poderá indiciar uma possível reversão positiva da tendência deste indicador, mas alerta também para a persistência do agravamento na situação em relação aos mais velhos, acima de 55 anos, que deverá merecer desde já atenção particular.



Contudo a leitura tem que ser cuidada, pois esta redução poderá não estar relacionada necessariamente com um aumento da população empregada entre os mais jovens, mas sim a uma diminuição da população activa nestas faixas etárias, consequência dos movimentos migratórios que são sobretudo relevantes nos grupos da população mais jovem.

Os indicadores pertencentes à dimensão “**D2 - Acesso a bens e serviços**” estão entre o conjunto das variáveis que menos contribuíram para o agravamento do Índice de Precariedade Social, apresentando pequenas variações, positivas ou negativas, em relação a 2008.

Por exemplo, no caso do consumo de energia, houve mesmo anos em que se verifica o seu aumento (2009 e 2010). Ou, no caso dos cortes de água, verifica-se em alguns anos a sua redução (entre 2009 e 2012).

**Tabela nº 5: Dimensão 2 – Número Índice dos indicadores (variação)**

D2- Indicadores	Número Índice – Variação					
	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2008-2013
Consumo de energia por consumidor doméstico	-8,3	-3,3	5,5	6,7	0,0	<b>0,7</b>
Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	-10,4	-5,2	18,3	6,3	0,0	<b>9,0</b>
Cortes Água efectuados	25,6	-20,3	-10,2	-17,9	36,3	<b>13,4</b>
Passageiros Metro Lisboa com passe social	5,9	2,8	-3,3	-10,4	0,0	<b>-5,0</b>

Contudo, nos anos seguintes aos indicados, esta tendência reverteu-se, passando o consumo de energia a retrair-se e os cortes de água a aumentar, chegando até a uma situação pior do que a que se verificava em 2008. No que se refere aos cortes de água, o valor em 2013 significou mesmo o maior aumento registado ao longo da série cronológica analisada, apresentando uma variação percentual de 47 pontos.

É necessário ter em conta que estes indicadores dizem respeito a bens essenciais (água e luz) cuja ausência se procura evitar até ao limite, pelo que indicia a intensidade das dificuldades financeiras sentidas, não sendo suficiente ter em conta a extensão do problema para o avaliar.

Tal como os indicadores da dimensão “Trabalho e Rendimento”, também entre os pertencentes à área “**D3 - Apoio Social de Emergência**” se encontram variáveis com influência mais forte no índice geral.

Apesar de todos os indicadores nesta categoria se terem agravado no período 2008-2013, sendo o último ano aquele que apresenta maiores valores registados, os crescimentos mais elevados foram sentidos nas variáveis “Nº de Atendimentos Sociais de Emergência”, com um incremento de 66,4 pontos, e “Nº de pessoas apoiadas pelos Equipamentos Sociais da AMI”, que em 2013 se agrava 70,3% face a 2008..

Tabela nº 6: Dimensão 3 – Número Índice dos indicadores (variação)

Número Índice – Variação						
D3- Indicadores	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2008-2013
Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	1,2	6,5	6,2	18,4	5,7	37,9
N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)	37,3	17,1	2,5	-9,3	18,8	66,4
N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	-4,1	12,5	8,1	3,9	8,1	28,6
População Apoiada pelos Equipamentos Sociais - Pessoas Apoiadas (AMI)	4,8	25,4	29,5	8,8	1,9	70,3

Sendo o progressivo agravamento uma realidade para estas duas variáveis, os seus momentos mais negativos são sentidos em momentos distintos. Enquanto os atendimentos sociais de emergência prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) têm o seu maior agravamento em 2009, a população apoiada pelos equipamentos sociais da Assistência Médica Internacional (AMI) sofre o seu maior aumento em 2011 com uma variação de 29,5 pontos face ao ano anterior.

Outra diferença visível nestas duas variáveis é o facto de, apesar de o número de pessoas apoiadas pelos equipamentos sociais da AMI continuar a aumentar, haver uma redução da intensidade deste aumento, sendo o ano 2013 aquele que regista a variação positiva mais baixa (1,9 pontos). Por sua vez, o número de atendimentos sociais de emergência prestados pela SCML, apesar de ter sofrido uma redução em 2012 (-9,3 pontos), no ano seguinte anulou essa redução aumentando o seu valor em 18,8 pontos, o que equivale a um aumento de mais de 66% face a 2008.

Na área da “**D4 - Educação**”, apesar de no período 2008-2013 todos os indicadores apresentarem de terem deteriorado, uma análise mais fina permite constatar que no caso das variáveis relacionadas com o apoio social escolar, há algumas evoluções que poderão indiciar uma alteração de comportamento, ainda que ligeira. Assim, no caso do pré-escolar, após o forte aumento registado, em 2010, com um crescimento de 58,3 face a 2009, e do 1º ciclo, em 2009, com um agravamento de 24,1 valores, verifica-se nos anos seguintes em ambas as variáveis, uma redução da intensidade do aumento, chegando mesmo a registarem-se melhorias face ao ano anterior tanto em 2012 como em 2013 que levaram a que no caso do apoio social escolar a crianças do 1º ciclo os valores se aproximem de 2008.

No entanto, no caso do apoio social ao pré-escolar, o número de crianças apoiadas conheceu um aumento de 52% face a 2008.

Tabela nº 7: Dimensão 4 – Número Índice dos indicadores (variação)

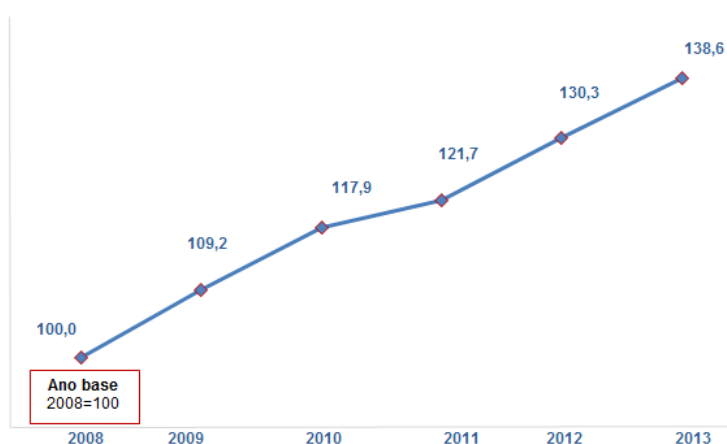
Número Índice – Variação						
D4- Indicadores	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2008-2013
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	-17,2	58,3	16,8	-4,8	-1,1	52,1
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	24,1	4,0	-15,6	-0,7	-9,2	2,6
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Básico	0,2	-1,1	-4,5	28,1	0,0	22,7
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Secundário	-9,9	2,5	16,8	-4,5	0,0	5,0

No que se refere aos indicadores relativos às Taxas de Retenção e Desistência do 1º ciclo e do ensino secundário, estes reagem de modo distinto. Enquanto no primeiro caso a taxa diminui entre 2008 e 2011, chegando em 2010 e 2011 a ser inferior a 2008, em 2012 o valor dispara face ao ano anterior e regista um aumento de 28,1 pontos, equivalente a um aumento de 22,7% face a 2008.

Já no que se refere ao ensino secundário, a Taxa de Retenção e Desistência inicia a série temporal com melhorias, em 2009 e 2010, mas aumenta a partir de 2011, ultrapassando os valores de 2008, até terminar estes seis anos com uma taxa superior em 5% aos valores de 2008.

Como conclusão geral, a análise dos dados de todos os indicadores que compõem o Índice de Precariedade Social permite concluir que este registou um crescimento entre 2008 e 2013 de 38,6 pontos percentuais, significando este aumento um agravamento nas condições de vida da população residente na cidade de Lisboa.

Gráfico nº 1: Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa



A análise da variação por anos permite verificar uma intensificação do agravamento do índice ao longo de toda a série cronológica apresentada, não existindo qualquer ano em que o seu valor tenha apresentado melhorias em relação a 2008, registando no final deste período um agravamento de 38,6% devido, em grande parte, ao aumento do desemprego e da necessidade de recurso a apoios sociais de emergência.

Este aumento consecutivo está relacionado com as medidas de austeridade implementadas como resposta à crise económico-financeira mundial de 2008 e que se vieram a intensificar com o Programa de reajustamento económico e financeiro que Portugal subscreveu em Maio de 2011, tendo igualmente fortes repercussões em várias áreas da sociedade Portuguesa.

No caso do desemprego, os aumentos percentuais no período de seis anos (2008-2013) para perto do dobro, ou mesmo mais do dobro no caso das idades entre 35-54 anos, sublinha o aumento do risco de precariedade social junto da população em idade activa.

A perda de trabalho e conseqüente rendimento com impactos directos nas condições socioeconómicas das famílias terá tido repercussões em mudanças de hábitos de consumo e de estilos de vida e em dificuldades em assumir despesas básicas, como as relacionadas com a habitação e sua manutenção.

O prolongamento desta situação, conduzindo a situações mais graves de ruptura e de emergência, acaba por obrigar ao recurso a apoios sociais, os quais registaram igualmente um aumento significativo no período em análise, reflectindo uma vez mais o aumento da vulnerabilidade que nestes anos se intensificou.

## 6. Índice de Precariedade Social de Lisboa - suas potencialidades e perspectivas de evolução

Esta fase de teste e experimentação, realizada em 2014, permitiu confirmar as vantagens dos índices sintéticos como instrumentos que resumem de forma clara e facilmente perceptível a evolução de um conjunto de indicadores ao longo do tempo.

Aliás, as características do índice construído e a sua originalidade (não há conhecimento da existência de um índice deste tipo noutras cidades), permitem, caso assim se pretenda, afirmar este instrumento como uma referência para a avaliação das condições de vida dos residentes da cidade de Lisboa, revelando-se de extrema utilidade para o retrato social actualizado, fundamentando assim a acção e promovendo o debate e a reflexão em torno de temas actuais e pertinentes.

Neste sentido, em 2015, dever-se-á dar passos no sentido de reforçar este Índice em vários aspectos:

- garantir uma melhor qualidade de informação, seja através da introdução de novos indicadores, incrementando assim a listagem e permitindo adicionar outras dimensões que são fundamentais à análise, seja pela substituição de variáveis existentes por outras que respondam melhor aos critérios identificados, tornando assim esta ferramenta mais completa;
- assegurar a sua comparação com outras unidades territoriais, como região, outros concelhos, país, alargando assim o espectro de leitura do índice, ou, caso os dados o permitam, ir mesmo ao nível de freguesia, garantindo um olhar mais fino sobre o território de Lisboa, mapeando as suas vulnerabilidades e possibilitando uma acção mais dirigida e adequada;
- avaliar a possibilidade de assegurar actualizações com um período semestral ou trimestral sendo que o output principal será dado tendo em conta o período anual.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a cobertura de áreas que neste momento não se encontram contempladas no índice, quer pela falta de adequação entre a informação disponível e os critérios identificados, quer pela inexistência de informação, é condição fulcral para que esta ferramenta se torne mais forte. Esta necessidade torna-se mais evidente nas dimensões relacionadas com a Saúde e com a Habitação, que neste momento ainda não contribuem com nenhum indicador para o cálculo deste índice. Tal deve-se ao facto de, por um lado, até ao momento não se ter conseguido reunir indicadores destas áreas que respondam às características de qualidade que este índice exige, seja por existirem falhas na série cronológica, seja por enviesamentos nos números causados por alterações de regulamentos, como é o caso dos pedidos de habitação municipal cuja evolução, com a entrada em vigor do novo regulamento, se alterou de forma abrupta e intensa, ou ainda por não se encontrar disponível informação desagregada por concelho de Lisboa. Noutros casos, e apesar de os indicadores já estarem sinalizados e solicitados, ainda não foi possível obter a colaboração por parte da respectiva fonte.

No que se refere ao alargamento do Índice a outras áreas geográficas, o primeiro passo a tomar é definir qual a pertinência dos territórios a comparar e, posteriormente, há que aferir a disponibilidade de dados. Este processo, implicará, por um lado, a negociação com novas fontes e, por outro, o alargamento do pedido de informação relativo às novas unidades territoriais, às fontes que habitualmente já disponibilizam informação. Este processo que se prevê prolongado, mas extremamente vantajoso em termos futuros, poderá, eventualmente,

dar origem à sinalização de novos indicadores que revelem ser pertinentes para a realização deste tipo de comparação.

No que concerne à periodicidade a que se reporta o índice, e tendo em conta as dificuldades que foram encontradas para conseguir compilar os dados que permitiram efectuar este primeiro ensaio, teremos que ser realistas e prever que o principal output será dado tendo por base a actualização dos dados anuais. Contudo, e caso existam condições que permitam evoluir para uma análise tendo por referência um período mais curto de tempo, por exemplo, semestral ou trimestral, essa actualização será efectuada, permitindo, deste modo, ter indicações mais reais e no momento sobre o estado das condições de vida da população residente na cidade de Lisboa.

De maneira sucinta, a evolução do trabalho até agora realizado passará no próximo ano por:

- sinalização de novos indicadores e recolha de informação por territórios;
- ensaio de índice, análise das dimensões “tempo” e “espaço”;
- versão final do índice e sua afirmação como referência para a cidade.

Confirmando-se a evolução do índice nas condições que foram referidas, este instrumento reforçará ainda mais as suas potencialidades como um instrumento que poderá marcar a agenda, política e mediática, em torno do debate e das decisões no que se refere às vulnerabilidades sociais na cidade de Lisboa.